

Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política

Sem dúvida, o marxismo não poderá deixar de enfrentar diretamente o problema das classes como agentes históricos do presente [...] As classes não são agentes no mesmo sentido que são os indivíduos, os grupos ou as organizações [...] Uma classe jamais pode tomar uma decisão enquanto classe [...] As classes agem através da ação dos indivíduos, dos grupos e das organizações. A ação do agente de classe poderá ser destacada na comunhão de interesses, no paralelismo de aspirações, na analogia das formas de ação e na inter-relação da sustentação recíproca entre as ações dos pertencentes à mesma classe. Em que medida haja consciência de todos esses elementos, e eles se manifestem nos processos decisórios coletivos voltados para um resultado específico – eis um problema que põe uma série de questões empíricas quando à formação e à história das classes (THERBORN, 1989, P. 437-8).

O propósito deste artigo é discutir, mais uma vez, a possibilidade (e os impedimentos) de uma análise da dinâmica política das sociedades contemporâneas que enfatize a variável “classe social”.

Pretendemos considerar esse tema a partir da perspectiva teórica apresentada há um bom tempo por autores como Aron (1950, 1960, 1965), Mills (1981, 1985), Miliband (1972, 1982), Bottomore (1974), Giddens (1974) ou Therborn (1989). Esses cientistas sociais defenderam, cada um à sua maneira, que uma forma possível para operacionalizar o conceito de classe social seria por meio de sua articulação com o conceito de elite (econômica e/ou política). Não aspiramos apresentar nenhuma proposição teórica inédita com relação a essa sugestão mais geral. Nosso objetivo é, acatando essa proposição, enfatizar a necessidade de uma discussão acerca dos *procedimentos metodológicos* que permitiriam operacionalizar a junção das duas noções de modo cientificamente rentável. Acreditamos que uma discussão dessa natureza possa contribuir para fazer avançar uma análise classista da política empiricamente orientada.

O artigo está dividido em cinco partes. Na primeira, apresentamos algumas observações que justificam a retomada desse problema aparentemente superado pela Ciência Política contemporânea; em seguida, resumimos as principais críticas ao conceito de “elite política”, procurando mostrar que, apesar de aceitáveis em alguns pontos, tais críticas não comprometem sua validade heurística; na terceira parte discutimos as críticas que apontam para as dificuldades de pensar a classe social como ator político e, assim como no item anterior, defendemos que a validade relativa de algumas dessas críticas também não implica na rejeição peremptória desse conceito; na quarta parte, apresentamos nossos argumentos em defesa da junção dos dois conceitos e, por fim, listamos algumas sugestões para operacionalizar o uso conjunto do conceito de elite e de classe para efetuar uma análise classista da política.

Por um retorno à análise classista da política

Já vai longe o tempo em que o marxismo desfrutava de uma posição confortável no ambiente universitário brasileiro. De teoria social francamente hegemônica nos anos 1960 e 1970, passou, a partir de um dado momento, a sofrer seguidos ataques. Por volta do início dos anos 1980, a crítica ainda era essencialmente política e ideológica, produzida por intelectuais de esquerda que, influenciados pela orientação “autonomista” do novo movimento operário e pela perspectiva dos novos movimentos sociais, passaram a rejeitar o vanguardismo político e o conflito de classe como única fonte promotora da mudança social.

No entanto, a partir dos anos 1980 e 1990, os críticos do marxismo passaram a atacar as pretensões científicas dessa teoria. De um lado, a censura menos ameaçadora foi formulada por alguns “positivistas”, fetichistas da estatística, que, como lembra Stinchcombe (1978), não percebiam (e ainda não percebem) que um número é a coisa menos empírica que existe. Desse ponto de vista, o marxismo deveria ser rejeitado porque suas hipóteses e proposições não admitiam quantificação – logo, verificação¹. De outro lado, a crítica mais categórica foi elaborada por autores vinculados ao “marxismo analítico”, que desafiavam o rigor lógico das explicações normalmente formuladas pelos marxistas. Muito resumidamente, os analíticos sustentavam que o raciocínio embutido nas explicações marxistas, amplamente ancoradas num

¹ Essa crítica nem é tão nova assim. Recorde-se, por exemplo, as reprovações de Paul Samuelson, que ampliam a crítica de Böhm-Bawerk, à teoria do valor-trabalho de Marx.

funcionalismo ao mesmo tempo rígido e simplista, dispensava a necessidade da prova, e que aquilo que deveria ser averiguado pela sondagem empírica era, em geral, apresentado como o ponto de partida de suas formulações². Ao lado dessas duas censuras, uma terceira, de inspiração mais remota, denunciava o determinismo da abordagem marxista, que reduzia a dinâmica política a um reflexo ora dos movimentos “da economia”, ora das determinações “estruturais” do sistema capitalista, ora, enfim, da luta de classes.

O resultado desse triplo ataque ao marxismo, ao menos no Brasil, foi que os estudos de Ciência Política passaram a ser amplamente dominados por uma perspectiva *institucionalista* (em prejuízo das abordagens societalistas), *quantitativista* (no lugar das análises históricas) e *politicista* (isto é, defensora da independência radical do universo político e das suas “leis”). Apesar dos avanços que essa orientação teórica, hoje hegemônica, propiciou para o conhecimento das instituições políticas no Brasil (a dinâmica do regime de partidos, o funcionamento concreto dos parlamentos, as repercussões do sistema eleitoral sobre o sistema político, os novos papéis dos “poderes” etc.), ela tem, certamente, limitações importantes. Entre elas está o fato de essa ciência da política produzir análises em que o mundo político parece funcionar numa espécie de vácuo social (PERISSINOTTO, 2004).

Em reação a esse estado de coisas, não pretendemos apresentar uma defesa convencional do marxismo *in totum*. Nossa intenção, bem mais modesta, é defender a validade e a viabilidade científicas da análise de classe da política. Com relação a esse ponto, parece-nos importante apresentar algumas justificativas.

Primeiramente, e mais importante, nossa intenção é discutir alguns problemas teóricos e metodológicos relativos à análise de classe da *política* (da vida política, da prática política etc.) e não estritamente do *Estado* – isto é, do seu aparelho, do seu poder e das suas funções. A partir de fins da década de 1960, os marxistas desenvolveram uma sofisticada teoria sobre o Estado

² Cf., por exemplo, Elster (1989a, 1989b). O caso paradigmático é o da teoria do Estado formulada pelos neo-marxistas. Nicos Poulantzas, no seu *Poder político e classes sociais* (1986), enuncia, nas primeiras páginas do livro, aquilo que deveria ser o resultado de investigação empírica, a saber, que “O Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social” (POULANTZAS, 1986, p. 42). Sempre se pode dizer que a referida obra tem caráter teórico e tal formulação deve ser tratada como hipótese de pesquisa. No entanto, todos os demais escritos de Poulantzas partem desse *pressuposto* para revelar os efeitos funcionais das diferentes formas de Estado capitalista (fascista, democrático e ditatorial) para os interesses da burguesia ou de sua fração hegemônica. Ver Poulantzas (1970).

capitalista, promovendo diversos avanços em relação ao instrumentalismo e ao economicismo até então vigentes no âmbito da ortodoxia (e da ciência política convencional, diga-se). No entanto, essa nova teoria do Estado tinha clara orientação “estruturalista” e se incomodava pouco seja com a classe social como *ator político* coletivo, seja com a *dinâmica institucional da vida política*. O centro de suas preocupações residia nos efeitos a longo prazo que as decisões estatais produziriam para os interesses gerais de uma classe que, no fim de tudo, não precisava se constituir como agente político para conquistar e/ou conservar seus objetivos³. O marxismo foi, por um lado, pródigo em formular teorias sobre a classe social como uma estrutura objetiva capaz de, *por si só*, produzir “efeitos pertinentes” na esfera política (POULANTZAS, 1986, p. 76-9). Neste artigo, ao contrário, nos interessa discutir como seria possível pensar a classe social como um “ator político coletivo”, agindo estrategicamente na arena política, e não apenas como um “lugar objetivo nas estruturas sociais”, cujos interesses seriam representados automaticamente por instituições políticas cumpridoras das “funções objetivas do sistema capitalista”.

Não se deve, evidentemente, negar o ponto de partida dessas novas/velhas abordagens. Parecem pouco contestáveis empiricamente as teses dos neomarxistas sobre a dependência estrutural do Estado frente ao capital, tal como sugerida pelos “derivacionistas” (cf. HOLLOWAY e PICCIOTTO, 1978), ou os mecanismos de “seletividade estrutural” de interesses sociais no âmbito do processo decisório, como enfatizado por Offe (1984). No entanto, fórmulas desse tipo são tão verdadeiras quanto abstratas, e, por isso, incapazes de desenvolver um instrumental analítico (conceitos de médio alcance, noções operatórias, hipóteses falsificáveis etc.) para pensar o lugar e a função da classe social naquilo que o marxismo clássico chamou de “cena política” (CODATO, 2006), isto é, o lugar da luta estratégica entre agentes políticos em torno de objetivos políticos imediatos. Por exemplo: as estratégias de conquista e conservação do poder político, os mecanismos efetivos de influência sobre processos decisórios específicos, a estrutura de autoridade do campo político e o desempenho dos diferentes papéis por diferentes “atores” etc. É nessa direção que a análise de classe deveria se desenvolver. Como Therborn (1989) sublinhou, o maior (e mais urgente) problema teórico a

³ Com as diferenças devidas, aqui se incluem autores tão diferentes entre si como Poulantzas, Offe, Habermas, O'Connor, Altvater, os teóricos da regulação, os intelectuais do PCF etc.

ser enfrentado pelo marxismo *nesse campo* continua sendo o problema do “agente de classe”. É exatamente nesse terreno – o terreno das “práticas” e não no âmbito da “dominação” – que pretendemos situar as discussões teóricas e metodológicas deste artigo⁴.

O problema do agente de classe, este é o nosso argumento, pode ser resolvido pela junção dos conceitos tão heterogêneos quanto possível de “classe social” e “elite política”. Acreditamos ser possível defender a validade e a viabilidade científicas da análise de classe com a condição de que essa seja conjugada com algumas contribuições teóricas formuladas por autores vinculados, ora mais, ora menos, aos pressupostos metodológicos (e não políticos ou morais) da teoria das elites. A conexão entre os conceitos de “classe social” e “elite política” (ou mais especificamente: “elite de classe”) pode tornar possíveis pesquisas empíricas sobre a dinâmica política que tenham a classe social como categoria de investigação. Nesse sentido, é justo pensar que uma classe poderia estar “representada” na cena política por meio de uma minoria politicamente ativa (uma “elite”), que agiria em seu nome, ainda que não a seu mando⁵.

Em segundo lugar, esse movimento da Ciência Política empiricamente orientada em direção ao marxismo teórico teria o saudável efeito de “trazer a sociedade de volta” para a análise política por meio de uma das mais importantes (e não a mais ou a única) dimensões da vida social que são as relações de classe, sem necessariamente cair no vício reducionista de uma “sociologia da política” (SARTORI, 1969).

Por fim, as proposições teóricas apreendidas pelo marxismo quanto ao papel político das classes sociais devem ser encaradas como uma hipótese

⁴ Uma leitura da literatura marxista mais contemporânea sobre classe social revela uma abordagem essencialmente “cartográfica”, que se limita a mapear os lugares e as hierarquias dos grupos sócio-profissionais no capitalismo contemporâneo. Uma exceção talvez seja Lojkine (2005). Para um breve mapeamento dessa literatura, ver Perissinotto (2007). Certamente, a análise de classe não deve reduzir as relações de classe a uma simples *histoire événementielle* (THERBORN, 1989, p. 438). No entanto, parece estranho pensar uma história estrutural (focada em processos) totalmente separada dos eventos conjunturais (acontecimentos). De resto, basta lembrar as próprias tentativas de Marx, em suas “obras históricas”, para entender conjunturas específicas (a França entre 1848 e 1851; a Alemanha entre 1848 e 1849; a Inglaterra nos anos 1850 etc.) a partir de uma perspectiva classista.

⁵ Essa é apenas uma forma de pensar o lugar das classes sociais na cena política. Outra forma, também pouco ou quase nada desenvolvida pelo marxismo contemporâneo, é a que poderíamos chamar, seguindo algumas sugestões de Marx em *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*, de “representação simbólica de classe”. Não discutiremos nesse texto essa forma. Quanto a este ponto, cf. Perissinotto (2008). Pierre Bourdieu (1989) e Klaus Eder (2002) são os autores contemporâneos que mais desenvolveram esse tipo de perspectiva analítica e, como se sabe, distanciando-se significativamente do marxismo.

entre outras, passíveis, portanto, de serem refutadas ou comprovadas por meio dos procedimentos típicos da ciência (social). Dito de outra forma: se a classe social se constitui em uma categoria analítica cientificamente rentável é algo que somente a pesquisa social pode responder. A análise de classe – e o papel que as classes desempenham (ou não) na vida política – não pode ser nem um dogma, nem um anátema. Pensamos que a conjugação entre os conceitos de “classe social” e “elite de classe” favorece o tipo de perspectiva empírica que advogamos.

As críticas ao elitismo⁶

Nas ciências sociais, podemos encontrar basicamente três perspectivas teóricas que recusam as “minorias politicamente ativas” como um objeto importante de análise: o estruturalismo marxista, o institucionalismo de escolha racional e a sociologia relacional de Pierre Bourdieu. Algumas das críticas são bastante válidas, mas aceitá-las não obriga o analista a abandonar pura e simplesmente o conceito de “elites políticas”. Por essa razão, reafirmar a validade teórica e heurística desse conceito é o primeiro passo para que possamos, no segundo tempo, defender a utilidade analítica da junção (e não da fusão, note-se bem) do conceito de elite com o de classe social, em que pese as diferenças em suas “problemáticas” originais.

A crítica do marxismo estruturalista ao elitismo clássico

Em fins da década de 1960, Nicos Poulantzas rejeitou categoricamente a importação da problemática (isto é, os objetos, os conceitos e as proposições) das elites políticas pelo marxismo. Os termos dessa recusa eram, resumidamente, os seguintes: (i) o funcionamento do Estado capitalista e o seu caráter de classe devem ser explicados a partir dos “vínculos objetivos” existentes entre essa estrutura política específica e a sociedade capitalista; (ii) desse ponto de vista, os indivíduos que controlavam as principais posições do aparelho estatal (a burocracia), independentemente de sua origem social, crenças coletivas e motivações subjetivas que orientam suas condutas, estão destinados a repor a “função objetiva” do Estado, que consiste em manter a coesão de uma formação social baseada na divisão/dominação de classe através da reprodução das condições de existência do modo de

⁶ Uma versão mais desenvolvida dos argumentos apresentados neste item pode ser encontrada em Perissinotto e Codato (2008).

produção capitalista; (iii) aceitando-se esse sacramento, a questão central do marxismo deveria ser: “que relações sociais o Estado reproduz?”, e não “quem governa?”, “quem decide?” ou “quem influencia?” as decisões numa “comunidade” política.

Todavia, mesmo que se aceite o postulado segundo a qual os efeitos das decisões tomadas pela elite política não correspondem às intenções originais dos seus membros – e não é preciso ser adepto do marxismo estruturalista para acatar essa evidência singela –, ainda assim a natureza da elite governante (seus perfis sociais, atributos profissionais, valores mentais) pode vir a ser um fator importante para a explicação dos fenômenos políticos.

Imagine-se, a título de hipótese, uma elite política formada por indivíduos oriundos de um mesmo grupo social, socializados nas mesmas instituições escolares ou profissionais e que, por isso, partilham da mesma visão de mundo. Imagine-se ainda que os membros dessa elite controlem as principais posições no Estado e tenham de, a partir daí, tomar decisões com relação, por exemplo, à política industrial. Por fim, suponha-se que essas decisões acabem por produzir consequências objetivas que não correspondam aos propósitos iniciais dos “planejadores”. Ora, mesmo nesses casos seria prudente imaginar que os efeitos produzidos poderiam ter sido outros caso a decisão fosse diferente em função de serem diferentes os decisores. O fato do resultado final não corresponder às intenções iniciais dos agentes não elimina a relação causal entre ambos os fenômenos. Admitindo hipoteticamente essa correlação, evitamos cair tanto no “voluntarismo”, que consiste em afirmar que as elites políticas modelam o mundo de acordo com suas intenções e concepções, como naquilo que Ralph Miliband chamou de “superdeterminismo estrutural” (MILIBAND, 1982, p. 238), defeito simétrico que consiste em descartar pura e simplesmente os agentes políticos e suas motivações como fatores explicativos potenciais das decisões políticas e dos seus efeitos reais⁷.

Talvez fosse o caso, para encompridar a polêmica, de inverter o ônus da prova: são os críticos que deveriam comprovar que o perfil da elite estatal não tem, *sistematicamente*, quaisquer efeitos reais sobre a qualidade das decisões estatais.

⁷ Para a operacionalização dessa ideia, ver, por exemplo, Bunce (1981) e Hunt (2007).

A crítica do institucionalismo de escolha racional aos elitistas

Para o institucionalismo de escolha racional, o contexto institucional é a variável independente que explica a conduta de atores políticos tidos como “racionais”. Segundo G. Tsebelis, esse tipo de abordagem focaliza as coerções impostas aos atores pelas instituições e postula que a ação individual é uma adaptação ótima e previdente a um determinado ambiente institucional. Defende-se, portanto, que as “regras do jogo” condicionam o comportamento dos atores e, por conseguinte, os *outputs* do sistema político (TSEBELIS, 1998, p. 51). Se a conduta dos atores é interpretada estritamente como uma reação racional aos constrangimentos impostos pelas regras institucionais, então para essa teoria decididamente não é prioritário, e nem mesmo importante, perguntar-se sobre a história pregressa, a origem de classe ou os valores culturais dos agentes políticos/sociais. Na verdade, na presença de um determinado ambiente institucional, os indivíduos são intercambiáveis, isto é, seja qual for o seu *background* social e ideológico, eles agirão da mesma maneira exatamente porque são todos atores que buscam racionalmente sempre maximizar seus objetivos (TSEBELIS, 1998, p. 54-5).

Há no mínimo dois limites analíticos quando se reduz o comportamento político a uma reação coerente frente a regras institucionais determinadas. O primeiro grande problema do institucionalismo de escolha racional (assumido explicitamente pelos seus defensores, diga-se) reside no fato de esta teoria não ter absolutamente nada a dizer sobre o processo de *formação* dos gostos e preferências dos atores (cf. TSEBELIS, 1998, p. 54, n. 36; e BECKER, 1990, p. 5). Esse tipo de estratégia analítica, ainda que contribua para entender a semelhança de comportamentos entre indivíduos com orientações políticas muito discrepantes (por exemplo: a conduta parlamentar de um líder trabalhista social-democrata e de um dirigente industrial adepto do fascismo), nada diz sobre o conteúdo substantivo dessas estratégias. Sendo assim, a teoria da escolha racional pode explicar o desenvolvimento da ação, mas quase nada diz sobre o motivo real que conduz os atores a agir numa ou noutra direção.

Um segundo problema do institucionalismo de escolha racional consiste em tratar as instituições políticas como uma “variável independente” desconectada do contexto social/histórico. Quanto a esse ponto, é preciso recordar um truísmo: as instituições não são entidades abstratas que surgem por geração espontânea. Ao contrário, são fatos históricos concebidos

e construídos não por atores racionais socialmente desencarnados, mas por agentes sociais historicamente situados, portadores de valores específicos, com interesses socialmente determinados e com uma lista de ideias/ideologias pré-concebidas acerca do que devem ser e como devem ser as instituições políticas. Desnecessário lembrar também que os constrangimentos institucionais de hoje são a expressão e a cristalização de escolhas políticas feitas no passado. Essas escolhas só poderiam ser explicadas em função dos contextos, do legado cultural, institucional e da natureza social dos agentes sociais envolvidos no processo político (cf. IMMERGUT, 1998, p. 19-22; STEINMO e THELEN, 1994, p. 2-3).

A crítica da sociologia relacional de Pierre Bourdieu à teoria das elites

Segundo Pierre Bourdieu (1989), a Sociologia deve promover uma ruptura com a visão “essencialista” encontrada em pesquisas influenciadas pela problemática elitista e pelos adeptos do método prosopográfico. Esses estudos, ainda segundo Bourdieu, começam em geral definindo uma dada “população” para, em seguida, estudar os atributos (em sua linguagem: o capital econômico, social, político, cultural etc.) dos agentes que a compõem. Ao procederem assim, os analistas estariam sujeitos a dois enganos.

Primeiro, a teoria das elites tenderia a naturalizar as propriedades sociais distintivas dos grupos dominantes, como se fossem recursos inerentes à superioridade inata de seus membros. Esse primeiro pecado é, em geral, acompanhado por outro, que deriva da incapacidade desses pesquisadores adotarem uma perspectiva relacional dos grupos estudados. Se percebessem que “o real é relacional” (Bourdieu, 1989, p. 28), os investigadores em questão teriam também se dado conta que os atributos investigados como propriedades individuais são, na realidade, a expressão das propriedades derivadas das posições objetivas ocupadas pelos agentes no espaço social. Só faz sentido investigar os atributos dos agentes se esse inquérito servir ao objetivo último da Sociologia: captar a sócio-lógica objetiva que rege o funcionamento de um campo. Fora desse registro, o estudo das elites e das propriedades sociais dos agentes sociais seria pouco mais que um passatempo erudito.

Entretanto, como o próprio Bourdieu reconheceu, romper com a concepção essencialista é um tanto difícil, pois as propriedades (adscritas e adstritas) das posições sociais sempre se manifestam como atributos individuais. Nesse

sentido, não há como evitar a constatação de que para reconstruir o sistema objetivo de posições no mundo social (ou num campo específico) é preciso sempre recorrer, *inicialmente*, ao inventário sociográfico dos predicados pessoais de uma dada “população”, conferindo a esses atributos um tratamento estatístico comum (BOURDIEU, 1989, p. 374). Como as informações sobre o mundo social estão associadas a indivíduos (ou inscritas neles), é a eles que devemos nos dirigir para indagar acerca das propriedades sociais que os constituem e os qualificam (BOURDIEU, 1989, p. 29).

Feitas as contas, algumas proposições de Bourdieu sobre os grupos socialmente dominantes sugerem, todavia, o retorno sob nova roupagem terminológica da abordagem “posicional” à *la* Wright Mills (1981), com base num conceito não menos tradicional de poder (“capital”), i.e., o “poder como a posse de uma quantidade determinada de recursos”. O capital é um atributo de posição e, por conseguinte, o poder também deve sê-lo. Assim, se definimos “elite” como um grupo que detém poder, estamos, ao mesmo tempo, dizendo que a elite é um grupo que ocupa uma posição dominante (i.e., uma posição que fornece aos seus membros um *quantum* maior de capital). Ter (mais) poder significa ter (mais) recursos que a posição objetiva (dominante) coloca à disposição dos agentes (dominantes), valendo o inverso para os dominados. O passo seguinte é fazer uma “sociologia das posições institucionais” (MILLS, 1985, p. 63), vinculando os seus achados à teoria dos campos.

Como se vê, os pressupostos teóricos da sociologia relacional de Pierre Bourdieu não são incompatíveis com aquilo que normalmente se faz nos estudos das elites sociais e políticas. Há, aliás, certo exagero por parte da Sociologia Política francesa contemporânea na crítica aos aspectos “naturalizantes” e “essencialistas” dos estudos “elitistas”. Temos dúvidas se o primeiro termo se aplica até mesmo a autores clássicos, como Mosca, em geral acusado do pecado oposto, isto é, de certo “sociologismo”. No que diz respeito ao segundo termo da crítica, é verdade que não há na maior parte das pesquisas sobre grupos de elite grande preocupação em sofisticar teórica e metodologicamente a visão relacional das análises sobre o poder. No entanto, é inegável que esse tipo de perspectiva está presente, ainda que de forma embrionária, em quase todos os inquéritos que têm como objeto de análise “as elites”. Basta lembrar aqui o conceito de elite com o qual a maioria dos estudiosos opera, isto é, “a elite como um grupo formado por indivíduos que,

no seu campo de atividade, conseguem se apropriar em maior quantidade dos bens ali valorizados”. Ao mesmo tempo, reconhece-se que essa apropriação ocorre em detrimento da “não-elite”, definida como os desprovidos desses bens ou como aqueles que os possuem em menor quantidade.

Sustentamos que o uso pragmático do conceito de elites políticas, protegido pelos métodos (posicional, decisional, reputacional) e pelos procedimentos operacionais que a Ciência Política contemporânea desenvolveu para o estudo desses grupos minoritários são válidos, úteis e sensatos, e devem continuar a fazer parte da agenda da disciplina. Por sua vez, o uso não ideológico desse conceito poderia potencializar a capacidade heurística do conceito de classe social. Na verdade, para ser mais enfático, pensamos que o conceito pouco operatório de classe social só pode ser analiticamente rentável para a análise política se conjugado ao conceito de elite de modo que se possa pensar em uma espécie de “elite de classe”.

Antes de entramos nessa discussão, vejamos em que termos o conceito de classe social foi rejeitado por alguns autores exatamente com base no argumento de que ele não permite entender a dinâmica política nas sociedades capitalistas contemporâneas.

As críticas ao conceito de classe

A reprovação mais conhecida e mais controvertida ao emprego da noção de “classe” na política – em especial a noção de “classe dominante” – foi a formulada por Wright Mills. A razão básica para se preferir a locução “elite do poder” é que ela permitiria superar duas simplificações: a da teoria liberal, que faz do político profissional o sujeito do poder; e a da teoria marxista, que faz do empresário capitalista o “verdadeiro” depositário do poder político (MILLS, 1981, p. 328).

Para Mills, “classe dominante” é uma expressão bastante desajeitada, já que utiliza um termo de natureza econômica – “classe” – ao lado de um termo puramente político – “dominante”. O problema essencial não é tanto que eles não ornem, mas os pressupostos embutidos na fórmula convencional dos marxistas e os efeitos que eles sugerem para a análise social. A ideia de que há uma “classe dominante” supõe que a mesma classe que domina economicamente, domina também politicamente. Na realidade, esse fato pode *ou não* ser verdadeiro, dependendo do caso considerado. Os homens que comandam os grandes negócios não tomam, sozinhos, “todas as decisões

de importância nacional” (MILLS, 1981, p. 328, n. 372). Essa posição, assim pensada, não atribui autonomia suficiente à ordem política nem à independência devida aos chefes políticos, além de não compreender o papel ativo dos militares no processo decisório.

Afastado então todo “determinismo econômico” para lidar com os problemas do exercício do poder numa comunidade, é preciso considerar as interações complexas que escapam à “opinião marxista” e que só a ideia de uma *elite do poder* retém. Os negócios nos Estados Unidos, por exemplo, são conduzidos por

uma coalizão de generais no papel de diretores de empresas, de políticos fantasiados de generais, de dirigentes econômicos agindo como políticos, de servidores públicos que se tornam maiores, de vice-almirantes que são também assistentes de um funcionário de algum ministério que é, por sinal, um autêntico membro da elite administrativa (MILLS, 1981, p. 329).

Essa é a melhor prova de que as três ordens institucionais (política, econômica e militar), ainda que independentes entre si, funcionam, na prática, juntas, através da coalizão dos membros das suas hierarquias mais altas e não segundo a lógica instrumentalista que sustenta que o poder econômico controla os demais. Que os marxistas nunca tenham entendido o conceito de “classe dominante” como uma expressão que descreve o controle direto das *funções políticas* pelos grupos economicamente dominantes parece indiferente a Mills.

Aron não só aceita a reprovação padrão de Wright Mills diante da ideia de uma “classe” que conjugue os dois tipos de poder – o econômico e o político –, visto que isso quase nunca se verifica na prática. Vai além. Para ele nem o Estado nem o governo podem ser explicados inteiramente a partir das classes sociais e dos seus conflitos (ARON, 1960).

Isso porque, entre os muitos obstáculos que o conceito de classes dos marxistas levanta, não se deve falar em classe *a priori*. É preciso primeiro demonstrar sua existência objetiva. O termo “classe” parece pressupor uma comunidade de interesses entre seus membros, uma identidade de visões de mundo, uma consciência dessa comunidade geradora de uma vontade unificada e de uma ação coletiva que nem sempre, ou raramente, existem (Aron, 1965) Mesmo a “consciência de classe” depende da capacidade de

organização e direção de seus dirigentes (ARON, 1960). Essa é a maior dificuldade para se pensar o problema da classe social como ator político.

De acordo com Aron, Marx insiste unilateralmente nas questões relativas às relações de classe, menosprezando as realidades identificadas pelo termo “elite”. É preciso, ao invés, entender a estrutura da elite, isto é, a relação própria a cada sociedade entre os diferentes grupos sociais (ARON, 1950). Isso implica em problematizar as conexões possíveis entre três atores sociais: i) as *categorias dirigentes* (diretores de empresa, funcionários de Estado, secretários de sindicato, líderes partidários, altos dirigentes do exército), elas mesmas muito pouco homogêneas e coesas (ao contrário do que pensava Mills); ii) as *classes dirigentes*, aqueles grupos que, sem exercerem funções propriamente políticas, não deixam de ter influência sobre aqueles que governam; e iii) a *classe política* (ou o “pessoal político”), isto é, a minoria, muito mais reduzida de pessoas, que exerce efetivamente as funções de governo; aqueles que decidem, enfim (ARON, 1960).

Tendo presente essas diferenciações e o tipo de distribuição do poder entre esses agentes, deve-se perguntar: em que medida a classe política (legisladores, ministros) decide em função dos seus interesses? Em que medida ela é controlada ou comandada pelos capitalistas? Essas questões, segundo Aron, são mais empíricas do que teóricas; dependem “da observação e não da doutrina ou da análise de conceitos”. O caso é que a influência dos homens de negócios sobre o comportamento dos dirigentes políticos nunca foi demonstrada – e parece improvável que o seja (ARON, 1960).

A crítica que Mancur Olson formulou contra a análise de classe é ainda mais contundente. Segundo Olson (1999), a teoria social comete um erro muito frequente ao pressupor que a lógica da conduta individual se aplica também à ação coletiva. Essa suposição, presente inclusive (ou principalmente) na teoria social marxista, parece admitir, sem maiores problemas, que se um indivíduo isolado e consciente de seus interesses persegue seus objetivos racionalmente, então vários indivíduos colocados numa situação semelhante, percebendo a similaridade dos seus propósitos, agirão coletivamente para realizá-los da melhor forma possível.

Para Olson trata-se, no entanto, de tirar da premissa a conclusão oposta: mantido o pressuposto da racionalidade individual, ele necessariamente frustrará a ação coletiva. Quando inserido num grande grupo que pretende perseguir “benefícios públicos” (benefícios que podem ser apropriados uni-

versalmente, isto é, tanto pelos que cooperam quanto pelos que não cooperam na ação), o indivíduo racional desenvolve dois tipos de cálculo que tendem a produzir abstenção – e não cooperação. De um lado, ele avalia que é mais vantajoso abster-se porque, mesmo assim, poderá gozar o benefício público caso ele seja produzido pelo empenho dos demais membros do grupo. De outro, ele percebe que sua ação individual não produzirá qualquer efeito, ou seja, no caso de ninguém cooperar, a sua solidariedade nada produziria; pelo contrário, no caso de todos cooperarem, sua renúncia voluntária não seria sentida. Portanto, em quaisquer dos casos, abster-se seria a decisão mais racional e/ou menos custosa a tomar.

Olson argumenta que as análises de Marx lançam mão de um modelo de ação racional, isto é, que ele enfatiza o comportamento individual egoísta para descrever a conduta das classes sociais⁸, o que levou alguns autores a dizerem que Marx pertence à tradição racionalista e utilitarista do liberalismo⁹. No entanto, continua Olson, alguns desses autores se equivocam ao dizerem que a apatia política seria prova suficiente do engano utilitarista de Marx. Para Olson, ao contrário, o engano de Marx não reside na sua ênfase na racionalidade, mas sim em não perceber que “a ação de classe não ocorrerá se os indivíduos que constituem uma classe agirem racionalmente”. Conclui-se assim que “a teoria marxista das classes sociais é incoerente na medida em que pressupõe uma busca racional e egoísta de interesses individuais” (OLSON, 1999, p. 118-122).

A inusitada tese de Olson atinge o marxismo teórico em três pontos importantes. Primeiro, contrariando uma das teses centrais do marxismo, Olson está dizendo que “classe” e “interesse de classe” não existem *a priori*,

⁸ Para John M. Maguire, “a explicação de Marx da ação política é instrumental racionalista, uma explicação que considera fundamental a motivação econômica, mas não universal nem essencial e que aceita, antes e depois do acontecimento, que os indivíduos na realidade fazem escolhas e tomam decisões que poderiam ter sido diferentes” (MAGUIRE, 1984, p. 137).

⁹ Ver, por exemplo, as considerações de Boudon sobre o “paradigma interacionista de tipo marxiano”, baseado na conduta racional e egoísta dos capitalistas, por meio da análise da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Cf. Boudon (1993, p. 202-15). *O Capital*, aliás, está repleto de raciocínios que apontam para os efeitos de agregação nocivos que a ação racional dos capitalistas individuais pode produzir e a necessidade de soluções coercitivas a fim de garantir a continuidade do sistema econômico. Ver, por exemplo, a terceira seção do primeiro volume, quando Marx apresenta suas considerações sobre “a produção de mais valia absoluta”: “temos observado o *instinto de prolongamento* da jornada de trabalho, a fome insaciável de trabalho excedente, em um terreno em que os abusos desmedidos, não superados, como disse um economista burguês da Inglaterra, pelas crueldades dos espanhóis contra os índios na América, obrigaram por fim a atar o capital às *cadeias da lei*” (MARX, 1973, I, p. 188, itálicos no original).

separados dos indivíduos que a compõem. A classe e os seus interesses só existem na medida em que os indivíduos reconhecem a si mesmos como integrantes de uma mesma coletividade. Recusa-se, assim, a tradicional separação entre os interesses “egoístas” dos agentes que compõem a classe (por exemplo: o lucro) e os interesses “objetivos” da classe (a manutenção do sistema capitalista) enquanto coletividade que transcende os seus membros empíricos.

Sempre se poderia objetar que a teoria de Olson não leva em consideração o problema da dominação ideológica. Nesse caso, diriam os marxistas, a apatia de classe deveria ser explicada não em função da abstenção racional, mas como o resultado provável de um domínio ideológico que impede seus membros de perceberem os seus reais interesses e, por conseguinte, agir coletivamente para defendê-los. No entanto, e essa é a segunda dificuldade, a introdução da variável “dominação ideológica” não altera nem enfraquece a tese de Olson, pois até na presença de uma “consciência revolucionária” os indivíduos tenderiam antes a se abster, já que aqueles cálculos continuariam a operar, a menos que se invoque uma inefável solidariedade de classe. Indivíduos convencidos dos seus interesses, adeptos, por exemplo, da revolução, não deixam de ser racionais. Como lembra Olson, suas considerações são válidas tanto para comportamentos egoístas quanto altruístas: “Mesmo que o membro de um grupo desprezasse por completo seus interesses pessoais, ainda assim ele não iria contribuir racionalmente para o provimento de nenhum benefício coletivo ou público, já que sua contribuição pessoal não seria perceptível” (OLSON, 1999, p. 76).

Por fim, tais observações afirmam que o fato de uma classe (ou qualquer outro grupo latente) agir coletivamente não pode ser entendido como o resultado necessário de uma dada posição objetiva nas estruturas produtivas. A “posição de classe” pode explicar as formas possíveis de ação coletiva (seus limites, sua oportunidade etc.), mas não explica por que tal ação ocorre e nem como ocorre. A ação coletiva de uma classe deve ser ela mesma destrinchada e não tomada como um fato inevitável e espontâneo, que emana automaticamente da similaridade de interesses materiais.

No caso, os marxistas poderiam objetar, com toda razão, que nem eles nem o próprio Marx defenderam a tese de que as classes sociais agem diretamente na política, como forças coletivas voluntárias (THERBORN, 1989). Na verdade, as classes agiriam sempre por meio de “porta-vozes”, isto é, por

meio de sindicatos, partidos, associações e outras instituições que fariam “em nome” das classes. É em relação à comprovação, ou não, desse ponto que a proposta de juntar os conceitos de classe social e elite política faz sentido, como procuraremos mostrar a seguir.

Em defesa da aproximação entre marxismo e elitismo

Podemos encontrar em Marx e no marxismo três maneiras não sistematizadas de compreender a representação política das classes sociais. A primeira delas, que poderíamos chamar de “representação objetiva de classe”, foi bastante enfatizada pelo marxismo contemporâneo. Nesse caso, os interesses *gerais* de uma classe são representados por uma instituição cuja “função objetiva” é garantir a coesão da formação social em que essa classe domina, sem que ela seja um agente político consciente de seus interesses e organizado para a ação.

A segunda forma de representação de classe, que podemos identificar como “representação simbólica”, foi sugerida por Marx em *O 18 Brumário de Louis Bonaparte* (1994), e praticamente não foi analisada pelos autores marxistas contemporâneos. Nessa perspectiva, a classe é representada por atores políticos que, apesar de não falarem aberta e conscientemente em seu nome, propagam uma “visão de mundo” coerente com os interesses da classe representada.

Por fim, temos a noção de “representação subjetiva”, em que a classe atua politicamente por meio de instituições e organizações que falam abertamente em seu nome. São esses “porta-vozes” os responsáveis por introduzir a luta de classe no âmbito das lutas político-institucionais¹⁰. Nesse sentido, partidos, associações, sindicatos e grupos de políticos que formam bancadas classistas podem ser analisados em termos de “representação subjetiva de classe”. A junção entre os conceitos de “elite” e “classe” permitiria dar conta especificamente dessa terceira forma de representação, o que não significa desconhecer a importância das outras duas.

Apresentada dessa forma demasiadamente abrangente e vaga, a proposição de conectar os conceitos de elite e classe nada tem de original. Tom

¹⁰ Discutimos essas formas de representação de classe mais detidamente em Perissinotto (2007). Os principais representantes da “representação objetiva” de classe são os autores neomarxistas responsáveis pela teoria do Estado elaborada a partir de fins da década de 1960, em especial Nicos Poulantzas (1986), os “derivacionistas alemães” (HOLLOWAY e PICCIOTTO, 1978), Fred Block (1987), entre outros. A “representação simbólica” tem sido discutida fora do campo teórico do marxismo, especialmente por autores como Pierre Bourdieu (1989, 2003, 2004) e Klaus Eder (2002).

Bottomore (1974), Anthony Giddens (1974) e Ralph Miliband (1972), procurando superar uma oposição que consideravam pouco rentável do ponto de vista científico, defenderam explicitamente a utilidade de conjugar os conceitos de “elite política” e “classe dominante”.

Embora Bottomore reconheça a existência de certa tensão entre as duas locuções, ele afirma que é possível (e desejável) estabelecer entre ambas uma relação de complementaridade. Com a ajuda desses dois conceitos, lembra Bottomore, podemos identificar sociedades nas quais exista uma classe dominante e, ao mesmo tempo, elites que representem aspectos particulares de seus interesses; sociedades em que não exista uma classe dominante, mas uma elite política que baseie seu poder no controle da administração ou da força militar; e sociedades nas quais exista uma multiplicidade de elites, entre as quais o analista não consiga distinguir nenhum grupo coeso ou duradouro de indivíduos ou famílias poderosas (BOTTOMORE, 1974, p. 43). Enfim, algumas sociedades podem ser marcadamente classistas, outras marcadamente elitistas e ainda outras podem se caracterizar por uma combinação de classes e elites com uma relação complexa entre ambas.

Anthony Giddens foi outro autor que julgou possível e prudente, em nome da análise empírica dos processos políticos, aproximar os conceitos de classe e de elite. Da sua perspectiva, eles são conceitos complementares. À medida que as duas noções recobrem dimensões distintas da vida social, não precisam ser opostos ou incompatíveis (GIDDENS, 1974).

Uma forma produtiva de evitar o ecletismo teórico e acatar a coabitação das duas ideias num mesmo discurso científico é ter presente, na análise dos *processos de recrutamento* para posições de elite, aquilo que Anthony Giddens designou por “mediação institucional do poder”, isto é, a forma geral do Estado (o “jurídico-político”, na terminologia dos marxistas) e o estado geral da economia (o “econômico”). As condições sociais de acesso a postos de elite, o controle desigual de recursos de poder e o grau variável de influência de um grupo específico estão, desde logo, condicionados por sua *posição na estrutura social*. Isso determina de antemão a estrutura de oportunidades políticas e qualifica quem pode e quem não pode ascender a posições de elite (GIDDENS, 1974, p. xii).

Por outro lado, é preciso considerar os *processos de tomada de decisões* por parte dessa elite, isto é, sua influência efetiva sobre o *exercício* do poder. Giddens chamou essa dimensão de “mediação de controle” do poder.

Se este último [problema] for tratado isoladamente, o resultado é a trivialização da pesquisa, que passa a se preocupar exclusivamente com o processo decisório – tomando como dadas as estruturas econômicas, sociais e culturais no interior das quais as decisões são formuladas, ignorando assim a “face oculta do poder”. Mas se [a primeira dimensão] for tratada isoladamente da segunda, a tendência é fazer inferências imediatas e ilegítimas que vão da posição [social] para a ação política (GIDDENS, 1974, p. XI-XII).

Ralph Miliband, por sua vez, usou o conceito de “elite econômica” para descrever a diversidade de interesses que formam a classe capitalista nas sociedades contemporâneas. Dada a crescente complexidade do capitalismo, a proliferação de elites econômicas instaura uma situação de crescente concorrência e de conflito entre os interesses corporativos desses grupos. No entanto, entre esses diversos grupos não há apenas divergência. Tanto os proprietários dos meios de produção (os capitalistas propriamente ditos) como os seus funcionários (altos executivos, gerentes, técnicos qualificados) desejam a continuidade do regime de propriedade do sistema capitalista de produção. Nesses termos é que podemos falar de uma “classe economicamente dominante”, formada pelo conjunto de indivíduos que, apesar de suas diferenças quanto aos seus interesses econômicos imediatos, defendem a manutenção da ordem capitalista.

Mas as sociedades capitalistas avançadas são marcadas também pela existência de uma “elite estatal”. Segundo Miliband, essa elite estatal é formada pelos indivíduos que controlam as instituições do Estado (o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, as Forças Armadas) e, por essa razão, exercem o poder político naquelas sociedades. Por meio de um típico estudo de recrutamento político, Miliband constata que os membros da elite estatal são aliciados, na sua grande maioria, entre os membros das classes economicamente dominantes. Como decorrência dessa origem social e de sua “socialização política” claramente enviesada, os indivíduos que controlam as instituições do Estado têm forte propensão a tomar decisões que favorecem os interesses dos capitalistas. Em função disso, podemos falar da existência de uma “classe politicamente dominante” e não apenas de uma “elite do poder”. O conceito de “classe politicamente dominante” descreve exatamente esse processo (o recrutamento) por meio do qual os que dominam economicamente, ou os seus representantes ideológicos, são

alçados às posições de mando das instituições estatais e, por conseguinte, transformam-se também em politicamente dominantes.

A sugestão de Miliband, de que uma elite (no caso, a elite estatal) pode se tornar a representante política de uma classe, merece ser levada a sério e não há qualquer razão para aplicá-la estritamente ao campo do Estado. “Elites políticas de classe” podem ser formadas para atuar nas mais diversas dimensões da política: dentro do Estado (no Poder Executivo, nas agências regulatórias, nos Ministérios, no Banco Central etc.), no Parlamento ou simplesmente como “grupo de pressão” sobre os principais decisores. Mas nesse caso, cabe a pergunta: em que a sugestão de juntar os conceitos de elite e classe se difere da concepção pluralista de “grupo de pressão”? A resposta a essa questão deve ser dada em quatro tempos.

Primeiramente, não há diferenças do ponto de vista “lógico”. Uma classe, assim como um grupo de pressão, faz-se representar por meio de uma minoria organizada. Não por outra razão, tanto o pluralismo como o marxismo, lembra Olson, sofrem do mesmo problema quando se trata de explicar o processo de constituição das classes ou dos grupos em atores políticos (OLSON, 1999, p. 128-43). De qualquer forma, se grupos geram minorias organizadas que falam em seu nome na cena política, por que as classes sociais não poderiam fazer o mesmo, desde que, assim como os grupos de pressão, resolvessem o problema inicial da distribuição de “incentivos seletivos”?

Em segundo lugar, alguns pluralistas, especialmente os mais ideologicamente comprometidos com os princípios da sociedade capitalista, simplesmente ignoram as diferenças (“estruturais”) de poder e de capacidade de pressão existentes entre os grupos. A introdução da classe social como ator político funciona com um antídoto contra esse “paraíso pluralista”, denunciado por Schattschneider (1988, p. 30-5), já que esse conceito aponta exatamente para as desigualdades estruturais entre os agentes sociais no que diz respeito ao controle de recursos econômicos estratégicos que afetam mais ou menos diretamente os decisores políticos.

Em terceiro lugar, como nos lembra Domhoff (1986), uma classe pode ser representada por inúmeras organizações em diversas arenas e, por essa razão, ali onde os pluralistas veem diversidade e fragmentação, o analista de classe encontra unidade e predomínio.

Por fim, reconhecer a classe como um ator político que age por meio de minorias politicamente organizadas não significa reduzir esse grupo à con-

dição de ator no processo decisório. Agir politicamente não significa apenas decidir sobre um dado tema da agenda pública, mas pode significar também “não agir”. Como nos lembra Crenson (1971), os grandes capitalistas podem também produzir efeitos políticos importantes, por exemplo, por meio da suspensão ou transferência de investimentos.

Desse modo, há fortes razões, apresentadas por diversos autores, para inserir a classe social na análise política e, não raro, tal inserção se faz exatamente lançando-se mão do conceito de elite. Reiteramos, portanto, que não se trata de defender a originalidade de nossas proposições. O que pretendemos é insistir na necessidade de continuar uma discussão *metodológica* acerca dos procedimentos de pesquisa necessários para se comprovar empiricamente a tese da existência de uma relação de representação entre uma elite e uma classe, relação esta que nunca deve ser apenas pressuposta “em teoria”. Esse problema, como se sabe, esteve presente na Ciência Política e na Sociologia Política, mas, a partir da década de 1980, desapareceu da agenda de pesquisa dos estudiosos da dinâmica política nas sociedades contemporâneas, ao menos como tema privilegiado.

A análise de classe na prática: possibilidades e limites

A retomada dessa discussão exige clareza quanto aos princípios teóricos, às escolhas metodológicas e aos procedimentos técnicos para *operacionalizar* o conceito de classe. Este é um primeiro passo para “trazer a sociedade de volta” à análise política.

O primeiro passo consiste em, com base na advertência de Olson, abandonar definitivamente a ideia de que a classe, enquanto grande grupo, possa se constituir como ator político coletivo. Nesse sentido, a teoria da escolha racional seria uma observação previdente contra expressões anti-sociológicas tais como “a burguesia deseja”, “a classe operária quer”, “a pequena-burguesia almeja”, sem que se revele o modo pelo qual uma classe se constitui em agente político.

Em seguida, como corolário do primeiro passo, é preciso defender a proposição de que o uso adequado desse conceito parece exigir que se considere a classe como uma coletividade politicamente “representada” no jogo institucional por uma “elite de classe”, com todos os conflitos, defasagens e desajustes que essa relação comporta. O problema seguinte consiste, então, em saber como detectar as relações de representação de classe na luta política cotidiana, sem recorrer à chave-mestra que reduz (sob o pretexto de explicar) as práticas sociais à reali-

zação das “funções objetivas do Estado” ou ao cumprimento do roteiro escrito pela “lógica intrínseca do modo de produção”.

No caso de uma análise orientada pela preocupação em identificar uma “representação subjetiva de classe” por uma elite de classe, três procedimentos, hierarquizados por ordem de importância, seriam necessários: i) o estudo do comportamento efetivo dessa elite (as ações políticas); ii) a análise do conteúdo manifesto do seu “discurso” (as produções discursivas) e, por fim, iii) estudo da origem social dos seus membros (a fim de estipular as conexões sociais). Resumindo, é preciso saber se os membros da minoria em análise agem de maneira coordenada e conveniente aos interesses da classe que ela supostamente representa; se falam em seu nome e se são provenientes da classe em questão.

O primeiro procedimento envolve estudos de *processos decisórios* em momentos diversos da luta política e deve aproveitar toda a sofisticação teórica e metodológica que essa especialidade alcançou nos últimos trinta anos, pelo menos. Isso implica, entre outras coisas, em assumir toda a complexidade – política e burocrática – envolvida nos vários “momentos” de uma decisão. Para lembrar a etapas pelas quais passa uma *policy*, pode-se ampliar um pouco a divisão proposta por Lindblom (1981, p. 8-9) para que se tenha uma ideia do trabalho completo: a identificação das demandas (pelos agentes); a articulação de interesses; a formatação das reivindicações em seus canais apropriados; a formação da agenda pública (o que entra e o que obrigatoriamente não entra em discussão); o processamento das iniciativas pelos diversos aparelhos do Estado; a tomada da decisão propriamente dita; a implementação (ou não) da medida, que não decorre necessariamente da existência da decisão; e a análise do impacto da decisão.

Análises de produções discursivas envolvem o estudo de toda manifestação, escrita ou falada, em defesa explícita dos interesses de classe: os artigos de jornais, as intervenções em periódicos especializados, as publicações de entidades de classe, os discursos parlamentares. A investigação dessas tomadas de posição em defesa clara e franca de determinados interesses permite estabelecer com bastante segurança relações de representação entre uma classe e determinada “elite de classe” (partidos, associações, entidades culturais, instituto de pesquisas, agências estatais, bancadas parlamentares)¹¹.

¹¹ A análise da produção discursiva não esgota o estudo das produções simbólicas. Estas não se reduzem aos discursos manifestamente favoráveis a uma classe, mas envolvem também investigar o conteúdo

Estudos sobre a origem social da “elite de classe” compreendem abordagens diferentes e procedimentos diferentes. Pode-se dispor tanto de estudos tradicionais sobre socialização quanto das modernas técnicas de construção de redes de relações entre os agentes. Para potencializar o rendimento analítico desses achados, deve-se combinar análises prosopográficas, levantamentos convencionais de perfis sociais, *surveys* de populações específicas, estudos históricos sobre grupos determinados, investigações em profundidade de agentes socialmente relevantes etc. Isso exige que se contorne purismos teóricos e partidos metodológicos (quantitativistas *versus* qualitativistas, no caso), deixando que as questões da pesquisa definam o melhor método ou a técnica mais eficaz.

Todavia, a hierarquização desses três passos – o estudo do comportamento concreto da elite, a análise da coincidência entre as representações sociais da elite e da classe, e o inquérito para determinar a combinação das origens sociais entre os dois grupos – é crucial, já que eles têm pesos específicos e impactos diferenciados na comprovação da relação de representação entre a minoria em revista e a classe em questão.

Por exemplo, um grupo pode ser recrutado numa classe (contemplando assim a exigência da procedência social), mas ter um discurso e um comportamento orientados pela ideologia de outro grupo social; ao contrário, a presença de uma ação manifesta e conscientemente orientada pela consecução de objetivos de classe já seria suficiente para estabelecer a relação de representação, mesmo que os membros da minoria não fossem recrutados na classe em questão ou não falassem por ela; por último, as representações sociais expressas no discurso da elite podem ser convergentes ou coincidentes com as da classe, mas sua atuação política efetiva não. Evidentemente, a presença das três dimensões tornaria a comprovação da existência de uma “representação subjetiva de classe” ainda mais sólida¹².

latente do discurso daquela parte da classe que, para usar a expressão de Marx, “fala e escreve” em seu nome, ainda que não se reconheça como sua representante. Esse tipo de análise não pode dispensar os ganhos da antropologia da política e os achados recentes das etnografias sobre políticos profissionais. Devem, porém, evitar os riscos presentes em dois tipos de abordagens: “internalistas” (análises de discurso, semiologia, métodos estruturalistas), onde as produções ideológicas, em sentido amplo, tendem a ser tratadas como totalidades auto-suficientes e auto-referentes; e, igualmente, as armadilhas das abordagens puramente “externalistas”, onde os simbolismos são reduzidos, quando não deduzidos dos propósitos mais ou menos explícitos dos beneficiários (potenciais ou reais) dessas representações. Há, como se sabe, não só uma autonomia relativa do campo das representações “culturais”, mas uma economia específica dos interesses dos produtores profissionais de ideologias (BOURDIEU, 1989, p. 10- 3).

¹² Esta é a estratégia analítica adotada por Thompson nas suas considerações sobre a Sociedade Londrina de Correspondência e sobre a Nova União Metodista (Cf. THOMPSON, 1987, caps. 1 e 2). Tentamos

Esses três procedimentos para analisar a prática política e as relações de representação entre elite e classe têm, contudo, algumas limitações importantes. Dado o caráter altamente agregado do conceito marxista de classe social, esse tipo de análise é muito difícil de ser operacionalizada em sociedades nas quais a estrutura econômica e ocupacional é muito diversificada. A dispersão da classe por muitas categorias sócio-profissionais produz uma fragmentação da classe em muitas partes diferentes. Pense-se no caso emblemático da elite de colarinho azul, que reúne de torneiros mecânicos a auxiliares de enfermagem, passando por comerciantes por conta própria. Daqui não se pode, certamente, deduzir nenhum “interesse de classe” comum. Justamente por isso, é mais fácil lançar mão desses recursos na análise das classes economicamente dominantes, sobretudo quando são a expressão de atividades altamente oligopolizadas e podem ser divididas e descritas em poucas funções: altos executivos, grandes proprietários, acionistas com capacidade de decisão sobre investimentos etc. As classes economicamente dominadas são, em função das diferentes “situações de mercado”, muito mais diversificadas quanto à ocupação, aos interesses e aos esquemas ideológicos a que estão submetidas (OFFE e WEISENTHAL, 1984).

Além disso, o tipo de análise aqui advogado não consegue abordar o problema dos “efeitos” que a ação dessa minoria politicamente ativa pode produzir. Suponhamos que, valendo-nos dos três procedimentos indicados acima, cheguemos à conclusão que uma dada instituição (partido, sindicato, ou mesmo uma facção parlamentar) funciona como representante de uma determinada classe no campo político. Imaginemos também que as opções políticas feitas por essa “elite de classe” produzem, ainda que inconscientemente, efeitos contrários aos interesses da classe que ela representa. Como resolver teoricamente essa situação em que um grupo se reconhece (e é reconhecido) abertamente como representante de classe, mas que, ao mesmo tempo, adota condutas cujos efeitos contrariam os interesses dos representados? A saída para esse paradoxo é diferenciar “ações de classe” de “ações com efeitos de classe” (LAFFERTY, 1996, p. 53). Uma ação de classe é uma ação manifestamente orientada com vistas a realizar um interesse de classe. Nesse caso, nem sempre os agentes que a realizam controlam plenamente todas as consequências de sua conduta, o que abre a possibilidade

algo parecido para as classes economicamente dominantes da economia agro-exportadora paulista em Perissinotto (2000), e para as relações entre classe e Estado no pós-1964 em Codato (1997).

em teoria para que efeitos contrários aos interesses da classe representada ocorram. Portanto, nem toda ação de classe produz, necessariamente, efeitos de classe. O contrário ocorre com “ações com efeitos de classe”. Essas ações podem ser realizadas por minorias que em nenhum momento reivindicam abertamente qualquer vínculo de classe, mas cujos efeitos são *regularmente* benéficos para os negócios de uma dada classe¹³.

Uma terceira dificuldade do nosso modelo diz respeito ao que se poderia chamar de índice de refração do campo político (e do campo burocrático). As ações e as intenções de políticos profissionais e administradores públicos são sempre afetadas pelos interesses específicos de cada “corporação” e pelos valores que desenvolvem em seus campos respectivos. Isso se deve, para ficarmos apenas no exemplo dos políticos de carreira, à tendência, nas democracias representativas, ao fechamento do universo político sobre si próprio e às dessemelhanças de todos os tipos entre a classe social e o grupo *exclusivamente* político que pretende falar em nome dela. Os dois fatos estão na origem da lógica própria, dos códigos próprios e dos princípios de atuação próprios da “classe política”. Além disso, a estrutura do campo político pode produzir uma corrente parlamentar, uma facção partidária etc., que não deve sua existência à relação de representação de uma classe qualquer¹⁴, mas à dinâmica dos conflitos em torno do benefício que define, organiza e hierarquiza esse campo: a posse de poder político.

O primeiro passo para resolver esse problema é reconhecer sua existência, coisa que as teorias sociais que advogam que as ações políticas são *necessariamente*, e em todos os casos relevantes, condicionadas pela relação entre representantes (agentes políticos) e representados (classes sociais) não o fazem, dando como óbvia a existência de uma conexão mais ou menos funcional entre ambas as partes. A fórmula que Bourdieu encontrou parece promissora: elites políticas podem – ou não – representar classes; mas

¹³ É importante se referir à “regularidade” dos efeitos para evitar a “falácia dos benefícios”, tal como definida por Dahl (1988, p. 35). O tema dos “efeitos de classe” da ação dos atores políticos é central exatamente para os pesquisadores que analisam as formas simbólicas e objetivas de representação de classe. Embora este não seja o tema do artigo, vale a pena observar que essas duas perspectivas são importantes para evitar uma análise excessivamente calcada nos atores e suas intenções. Sugere-se, assim, uma espécie de “sociologia dos efeitos políticos” que entende o sentido social das ações mais pelos seus efeitos objetivos e regulares do que pelos atributos e intenções dos decisores.

¹⁴ Para a inspiração dessa ideia, cf. a análise que Artous faz do “partido” do National, o jornal dos republicanos “puros” ao discutir o livro *O 18 Brumário*, de Marx (ARTOUS, 1999, p. 167-8).

elas cumprem essa missão enquanto representam a si mesmas (Bourdieu, 2004, p. 201).

Um último contratempo que os procedimentos analíticos aqui propostos têm de encarar está ligado ao processo de translação dos indivíduos de uma esfera a outra (da “sociedade” para o “Estado”, por exemplo) e a perda da ligação “orgânica” entre mandantes e mandatários. Isso se expressa principalmente nos novos valores, concepções, conceitos e linguagens que os representantes passam a ostentar e nas reações dos seus constituintes. De fato, é preciso reconhecer que as relações entre a elite da classe e a classe são *intermitentes*, podendo ser ora funcionais, ora disfuncionais para os interesses da segunda. Não chega a ser uma descoberta, mas pode ser uma lembrança útil: a relação “objetiva” classe/partido da classe, postulada pelo modelo teórico dos teóricos do marxismo, é essencialmente diferente da relação subjetiva classe/grupo político, como se verifica na análise política.

Apesar das limitações apontadas, as orientações metodológicas esboçadas neste artigo poderiam representar um primeiro passo em direção a uma retomada eficiente da análise classista da política. Isso, por sua vez, poderia contribuir para o fortalecimento de uma disciplina menos desfavorável a incorporar os condicionantes sociais na análise política.

Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. 1950a. “Social structure and the ruling class: part 1”. *The British Journal of Sociology*, v. 1, n. 1, p. 1-16.
- . 1950B. “Social structure and the ruling class: part 2”. *The British Journal of Sociology*, v.1, n. 2 p. 126-146.
- . 1960. “Classe social, classe politique, classe dirigeante”. *Archives Européennes de Sociologie*, vo I, n. 2, p. 260-281.
- . 1965. “Catégories dirigeantes ou classe dirigeante?”. *Revue Française de Science politique*, v. XV, n. 1, p. 7-27.
- ARTOUS, Antoine. 1999. *Marx, l'Etat et la politique*. Paris: Syllepse.
- BECKER, Gary S. 1990. *The economic approach to human behavior*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BLOCK, Fred. 1987. *Revising state theory: essays in politics and postindustrialism*. Philadelphia: Temple University Press.
- BOTTOMORE, Tom B. 1974. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.

- BOUDON, Raymond. 1993. *Effets pervers et ordre social*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel.
- _____. 2003. “Condição de classe e posição de classe”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 2004. “The mystery of the ministry: from particular wills to the General Will”. *Constellations*, v. 11, n. 1, p. 37-43.
- _____. 2004. “A delegação e o fetichismo político”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- BUNCE, Valerie. 1981. *Do new leaders make a difference? Executive succession and public policy under capitalism and socialism*. Princeton: Princeton University Press.
- CODATO, Adriano. 1997. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, ANPOCS; Curitiba: Editora da UFPR.
- _____. 2006. “O espaço político em Marx: a noção de cena política revisitada”. *Paper* apresentado no 3º Congresso Latino-Americano de Ciência Política. Campinas, 4 a 6 de setembro
- CRENSON, Mathew A. 1971. *The un-politics of air pollution: a study of non-decisionmaking in the cities*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- DAHL, Robert. 1988. *Análise política moderna*. Brasília: Editora UnB.
- DOMHOFF, G. William. 1986. *Who rules America now?* New York: Touchstone Book.
- EDER, Klaus. 2002. *A nova política de classe*. Bauru: Edusc.
- ELSTER, Jon. 1989a. “Reflexiones sobre marxismo, funcionalismo y teoria de los juegos”. In: ROEMER, J. E. (comp.). *El marxismo: una perspectiva analítica*. México: Fondo de Cultura Económica.
- . 1989b. *Ulises y las sirenas: estudios sobre racionalidad e irracionalidad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GIDDENS, Anthony. 1974. “Preface”. In: STANWORTH, Philip & GIDDENS, Anthony. (eds.). *Elites and power in British society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOLLOWAY, John & PICCIOTO, Sol. (eds.). 1978. *State and capital: a Marxist debate*. London: Arnold.
- HUNT, Lynn. 2007. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras.

- IMMERGUT, Ellen M. 1998. "The theoretical core of the new institutionalism". *Politics & Society*, v. 26, n. 1, p. 5-34.
- LAFFERTY, George. 1996. "Class, politics, and social theory: the possibilities in Marxist analysis". *Critical Sociology*, v. 22, n. 2, p. 51-65.
- LINDBLOM, Charles E. 1981. *O processo de decisão política*. Brasília: Editora UnB.
- LOJKINE, Jean. 2005. *L'adieu à la classe moyenne*. Paris: La dispute.
- MAGUIRE, John. M. 1984. *Marx y su teoría de la política*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MARX, Karl. 1973. *El Capital: crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MARX, Karl. 1994. "Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte". In: *Œuvres*. Trad. Maximilien Rubel. Paris: Gallimard. Vol. IV, Tomo I: Politique. Bibliothèque de La Pleiade.
- MILIBAND, Ralph. 1982. "Resposta a Nicos Poulantzas". In: BLACKBURN, Robin. (org.), *Ideologia na ciências social*. São Paulo: Paz e Terra.
- MILIBAND, Ralph. 1972. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- OFFE, Claus e WEISENTHAL, Helmut. 1984. "Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre a classe social e a forma organizacional". In: OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OLSON, Mancur. 1999. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp.
- PERISSINOTTO, Renato M. 2000. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, FAPESP.
- _____. 2004. "Política e sociedade: por uma volta à Sociologia Política". *Política & Sociedade*, v. 5, p. 201-230.
- _____. 2007. "O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea". *Lua Nova*, v. 71, p. 81-122.
- PERISSINOTTO, Renato M.; Codato, Adriano. 2008. "Apresentação: por um retorno à Sociologia das elites". *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, p. 7-15.
- POULANTZAS, Nicos. 1970. *Fascisme et dictature*. Paris: Maspero.
- _____. 1986. *Poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer E. 1988. *The semisovereign pople: a realist's view of democracy*. Fort Worth: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.

- STINCHCOMBE, Arthur L. 1978. *Theoretical methods in social history*. Chicago: Academic Press.
- STEINMO, Sven; Thelen, Kathlen & Longstreth, Frank (eds). 1994. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- THERBORN, Göran. 1989. "A análise de classe no mundo atual: o marxismo como ciência social". In: Hobsbawm, Eric. (org.). *História do marxismo*, v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, Edward P. 1987. *A formação da classe operária inglesa*, v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TSBELIS, George. 1998. *Jogos ocultos*. São Paulo: Edusp.
- MILLS, Charles Wright. 1981. *A elite do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1985. "EUA: estrutura social e política". In: *Wright Mills*. São Paulo: Ática.

Resumo

O artigo retoma um problema tradicional da teoria social, que é o da oposição entre os conceitos de "classe social" e "elite", já discutido por autores como Aron, Wright Mills, Miliband, Bottomore, Giddens, Therborn, dentre outros. Não se pretende apresentar aqui nenhuma contribuição teórica original. Nosso objetivo, ao invés, é insistir nas vantagens analíticas e nas dificuldades práticas dessa junção conceitual, procurando mostrar como o conceito de "elite de classe" torna possível a operacionalização de uma análise classista da política.

Palavras-chave: elite; classe social; elite de classe; ciência política.

Abstract

The article retakes a traditional question in social theory, the opposition between the concepts of "social class" and "elite", already discussed by authors like Aron, Wright Mills, Bottomore, Giddens, Therborn, and others. It is not the article's purpose to present any original theoretical contribution. Its main purpose is to insist on the analytical advantages and practical difficulties of this conceptual connection, and, at the same time, to make out a case for the concept of "class elite" as one that makes possible a class analysis of politics.

Key words: elite; social class; class elite; political science.

Recebido em julho de 2009

Aprovado em agosto de 2009